



Entrevista: Deputado Severino Cavalcanti

paraná cooperativo

Ano I
Número 8
Fevereiro/Março/2005

www.ocepar.org.br



Especial

**Transgênicos:
uma nova
tecnologia a
serviço do campo**

A NATUREZA ESTÁ PRECISANDO DE UMA MÃOZINHA.

PROTEJA OS RIOS EM SUA PROPRIEDADE
COM MATA CILIAR.



O FUTURO DO
PLANETA AGRADECE.



O mercado é o Japão, a oportunidade é nossa



João Paulo Koslovski

Presidente do Sistema OCEPAR

Em recente viagem feita ao Japão, integrando uma Missão Econômica organizada pela Assembléia Legislativa do Paraná, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as particularidades econômicas e culturais que envolvem aquele importante país oriental, localizado no continente asiático.

Uma das constatações que mais chamou a atenção, foi a dependência externa dos japoneses em relação à produção agropecuária. Com 120 milhões de habitantes e uma economia altamente industrializada, o Japão tem menos de 10% da sua população ligada à atividade agrícola e pecuária. O setor representa apenas 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, estimado em 500 trilhões de ienes, igual a US\$ 4,8 trilhões ou R\$ 13 trilhões.

Isso significa que o país mais rico da Ásia e a segunda economia do mundo - perdendo apenas para os Estados Unidos - também é o maior importador mundial de alimentos. Estamos, então, tratando de um mercado com enorme potencial consumidor e que registra uma demanda cada vez mais crescente por produtos primários e também agroindustriais, utilizados, principalmente, na alimentação humana.

Por outro lado, esse também é um mercado que precisa ser melhor aproveitado pelo Brasil e, porque não, pelo cooperativismo brasileiro e paranaense. Para se ter uma idéia da aceitação de nossos produtos pelos japoneses, 85% de toda a carne de frango consumida naquele país tem origem nos aviários brasileiros, segmento onde as cooperativas têm expressiva participação.

Ainda pudemos verificar que a tendência é a negociação direta com pequenas e médias empresas. E, nesse caso, é importante destacar a vantagem competitiva de nossas cooperativas que, explorando nichos de mercado, conseguem desenvolver produtos mais específicos, de acordo com as exigências e características colocadas pelo país consumidor.

Contudo, estamos falando de um mercado extremamente exigente e muito criterioso quando o assunto é alimentação humana. Por isso, para ampliarmos nossas relações comerciais com o Japão, precisamos primeiro investir fortemente em qualidade e segurança alimentar e também nos sistemas de produção.

Atualmente, por exemplo, estamos impedidos de exportar carne bovina e suína para o Japão, uma barreira que está sendo negociada pelo governo federal. Mas, quando esse mercado

se abrir, precisamos estar preparados para ocupar esse espaço, atendendo as exigências do mercado japonês.

Em resumo, pouco dotado de recursos naturais e com uma área relativamente pequena, o Japão aposta nas parcerias comerciais com países em desenvolvimento e com um potencial produtivo, como o Brasil, para poder alimentar sua população. Contudo, apesar dessas condições restritivas, de uma coisa eles não abrem mão: alimentos e produtos com garantia de origem e sanidade reconhecidamente comprovada.

No ano passado, as cooperativas brasileiras exportaram mais de US\$ 100 milhões para o Japão, o equivalente a 5% das exportações totais do sistema.

Comitiva – A viagem ao Japão aconteceu entre os dias 02 e 13 de março. Integraram a comitiva o deputado estadual Luiz Hiloshi Nishimori, chefe da Missão Técnica; Luiz Lourenço, diretor-presidente da Cocamar, de Maringá; Carlos Yoshio Murate, diretor-presidente da Cooperativa Integrada, de Londrina; José Otaviano de Oliveira Ribeiro, diretor-presidente da Cofercatu, de Porecatu; Ricardo Silvio Chapla, diretor-presidente da Copagrill, de Marechal Cândido Rondon; Mário Fernando Teixeira de Camargo, diretor de produção e mercado da Avícola Felipe; e João Paulo Koslovski, presidente do Sistema Ocepar.

Se a tecnologia for útil, ela fica

E stá enganado quem acredita que a polêmica em relação aos transgênicos chegou ao fim com a aprovação da nova Lei de Biossegurança. As discussões e os debates em relação ao tema estão apenas começando. O avanço, de fato, foi o estabelecimento de um marco legal que, pelo menos em tese, elimina o contencioso jurídico provocado a partir do conflito de competências estabelecido entre a CTNBio e os órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

O momento, agora, é de correr atrás do tempo perdido. Muito mais do que subsidiar a pesquisa, chegou a hora do Brasil investir em educação e esclarecer a população sobre essa nova tecnologia. Antes de se colocar contra ou a favor, as pessoas precisam entender as implicações científicas que essas pesquisas podem trazer à sua vida. E, nesse aspecto, o que temos de concreto, é que o organismo geneticamente modificado nada mais é que uma nova tecnologia, e como tal deve ser encarado.

Fica difícil dizer quando esse novo advento tecnológico vai se tornar mais popular, e assim possa ser encarado e vivido com mais naturalidade. A única certeza é que, do ponto de vista prático, os transgênicos estão presentes no mundo todo, reduzindo custos de produção, aumentando a produtividade e ajudando a alimentar a população.

E no Brasil, não será diferente, pois os OGM's serão fundamentais na viabilização das novas fronteiras agrícolas, fortalecendo a presença do País no mercado internacional. Também é importante destacar o aspecto social dessa nova tecnologia, que estará ampliando o acesso à alimentação para a população mais carente.

Outro ponto inquestionável é que, ao introduzir a participação da sociedade civil nas análises e decisões da CTNBio, a Lei de Biossegurança assume um caráter moderno e amplamente democrático. Os contrários, inclusive, já perderam o poder de argumentação, mesmo porque sobram argumentos técnicos a favor.

Assim, estamos começando a entender que o Brasil está acima de qualquer decisão judicial. E depois, se a tecnologia é útil, ela fica. E essa ficou, no mundo inteiro.

6



Na entrevista desta edição, o presidente da Câmara do Deputados, Severino Cavalcanti revela sua proximidade com o cooperativismo



10

Lei de Biossegurança: marco regulatório para a pesquisa, plantio e comercialização de transgênicos

18



Senado cria Comissão de Agricultura para discutir políticas macros e conjunturais do agronegócio

20 Show Rural Coopavel recebe 190 mil pessoas e bate recorde de visitantes



Diretoria da Ocepar
2003/2007

Presidente:
João Paulo Koslovski

Diretores:
Alfredo Lang
Frans Borg
Luiz Roberto Baggio
Luiz Lourenço
José Otaviano de Oliveira Ribeiro
Sérgio Luiz Panceri
Luiz Carlos Misurelli Palmquist
Leocir Sartor
Almir Montecelli
Áureo Zamprônio
Valter Pitol
Dilvo Grolli
Edvino Schadeck

Conselho Fiscal:
Titulares:
Jaime Basso
Miguel Rubens Tranin
Nelson Canan

Suplentes:
Gaspar de Geus
Luiz Francisco Gianini
Antônio Sérgio de Oliveira

Superintendente:
José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:
Nelson Costa

Diretoria do Sescop-PR
2003/2006

Presidente:
João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo:
Alfredo Lang
Guntolf van Kaick
Josiany de Fátima Rolo
Luiz Lourenço

Suplentes:
Frans Borg
Juacir João Wischneski
Célia Hoffmann
Sérgio Luiz Panceri

Conselho Fiscal:
Titulares:
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Eurico Witowicz
Gabriel Nadal

Suplentes:
Jacir Scalvi
Carmen Tereza Sagheti Reis
Francisco Augusto Sella

Superintendente:
José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo - Editada pela Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescop-PR. **Cordenação:** Samuel Zanella Milléo Filho. **Redação:** Giovani Ferreira e Eloy Setti. **Apoio:** Cleide de Paula. **Fotos:** Imprensa Ocepar. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanella Milléo Filho, Eloy Setti e Giovani Ferreira. **Diagramação, fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Rua Mateus Leme, 575, CEP 80530-010, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 352-2276 / (41) 352-2080. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br. **Capa:** Coodetec/Marcos Piaia. **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

22

Dias de Campo se transformam em verdadeiras vitrines tecnológicas das cooperativas



34

Produção cooperativa garante maçã rastreada e com controle de qualidade

36

Jornalistas e agentes de viagem conhecem o Roteiro do Turismo Cooperativo



32 Manual de Normas e Procedimentos orienta agentes do Sescop-PR

38 Inauguradas novas sedes do sistema de crédito no Paraná

Severino Cavalcanti

Presidente da Câmara dos Deputados



Um cooperativista na presidência da Câmara

Fotos: Imprensa Ocepar

Em entrevista exclusiva à revista **Paraná Cooperativo**, o recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados, Severino José Cavalcanti Ferreira (PP), ou simplesmente Severino Cavalcanti, aborda temas polêmicos como meio ambiente, questões tributárias e sua própria eleição à presidência da Casa, onde saiu vitorioso de uma disputa histórica com nomes expressivos da política nacional, entre os quais o candidato apoiado pelo governo. Pernambucano, natural de João Alfredo, município do qual já foi prefeito, ele também revela sua proximidade com o sistema cooperativo. “Já existe uma união, um entrelaçamento da minha vida pública com o cooperativismo”, disse o deputado, lembrando que foi um

dos fundadores da Organização das Cooperativas de Pernambuco e presidente de uma cooperativa de crédito daquele estado. Em sua avaliação, a solução para o Brasil passa pelas cooperativas, “num sistema onde não se é dominado pelos grandes grupos econômicos.” O parlamentar também se comprometeu a trabalhar em favor da nova lei cooperativista: “vamos ajudar a fazer com que o cooperativismo possa ter, realmente, a sua vida orientada, definindo uma nova lei, que venha ao encontro dos anseios dos cooperativistas.” Sobre a relação da Câmara dos Deputados com o governo federal, Severino Cavalcanti defende a total independência do parlamento.

Paraná Cooperativo – Sua eleição à presidência da Casa foi recebida com surpresa pelo governo, criando uma certa expectativa, inclusive junto à população. Nesse sentido, o que muda na administração da Câmara dos Deputados em sua gestão?

Severino Cavalcanti – Basicamente, podemos dizer que a mudança está na relação entre o Legislativo e o Executivo. É a total independência do Poder Legislativo em relação ao Poder Executivo. Em nossa administração, iremos fazer com que não exista mais aquela história de baixo clero, alto clero e médio clero. Agora, é um clero só, somos todos iguais enquanto integrantes da Casa. E, nesse sentido, queremos e

vamos dar oportunidade a todos os parlamentares.

Paraná Cooperativo – O presidente Luis Inácio Lula da Silva pode ter no presidente da Câmara um aliado no Congresso Nacional?

Severino Cavalcanti – Claro! Nós somos a base, eu estou aqui para ajudar. Sei o quanto foi difícil para eu enfrentar o governo na eleição (da presidência da Câmara). Mas a eleição passou e o País continua andando, não pode parar. E eu estarei aqui, como presidente da Câmara dos Deputados, para dar apoio e sustentação às boas idéias apresentadas pelo go-

verno. Os bons projetos contarão, incondicionalmente, com o apoio do presidente da Casa e do seu partido, o PP (Partido Progressista).



Paraná Cooperativo – Representantes da Região Nordeste do País, o presidente Lula, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Câmara desenham um momento político histórico no Brasil. O senhor acredita que isso é segurança de governabilidade, num cenário que pode se refletir nas próximas eleições?

verno, como por exemplo as MPs, que com frequência trancam a pauta no Legislativo?

Severino Cavalcanti – Não estamos mais seguindo o que o Palácio, o que o governo quer. Não vamos criar dificuldades para impedir a administração, mas também não seremos teleguiados. A pauta dos trabalhos do Legislativo é

mara é a MP 232, que aumenta a tributação na prestação de serviços e retém na fonte o imposto de renda do produtor rural. Qual a sua avaliação sobre o aumento da carga tributária e como o senhor deve conduzir matérias dessa natureza?

Severino Cavalcanti – Pela primeira vez, aqui nessa Casa, aconteceu de um ministro da Fazenda (Antônio Palocci) vir até a Câmara dos Deputados para falar e dialogar com a sociedade representada pelos microempresários, médios empresários e grandes empresários que aqui estiveram. Esses empresários vieram aqui na intenção de encontrar um *modus vivendi* entre a sociedade e o governo. Porque a sociedade está sendo esmagada por essa alta taxa de impostos, e que já não suporta mais. Então, o ministro, muito sensível, pediu para se estudar, para fazer uma comissão para debater o assunto. Nesse sentido, uma comissão dos pequenos, médios e grandes empresários estará na Câmara

para falar com o ex-ministro Francisco Dornelles (presidente dessa comissão), que está estudando o parecer juntamente com o deputado relator, Carlito Meress. Então, isso também está mudando, pois

estamos abrindo e conquistando espaço para discutir e encaminhar democraticamente essas questões.

Paraná Cooperativo – O sistema cooperativo é uma força organizada que cresce e se consolida no País. No Brasil, em torno de 8 a 10% da população têm uma relação com o cooperativismo. No Paraná, chega próximo a 20%. O senhor acredita que o governo



Severino Cavalcanti – Não. Isso foi um acidente. Não se pode pensar que vai acontecer de novo, que vamos ter novamente três presidentes do Nordeste. Nos já tivemos muitos presidentes do Sul, mas acontece que vocês não olham isso. Quantas vezes o Sul tinha tudo e o Nordeste não tinha nada? Agora, porque tem uma “pitadinha” nordestina, não significa que o regionalismo do presidente da Câmara dos Deputados esteja acima do patriotismo.

Paraná Cooperativo – O senhor falou em independência, mas até onde vai o comprometimento da Câmara com as matérias do go-

feita aqui, na Câmara dos Deputados. Buscamos um entendimento entre o presidente e os líderes evitando, sempre que possível, a obstrução da pauta, para que tenhamos a oportunidade de apresentar os trabalhos dos senhores deputados. Muitas vezes, os parlamentares não têm espaço para colocar suas matérias em votação porque as inúmeras medidas provisórias apresentadas pelo Executivo têm obstruído os trabalhos do Poder Legislativo.

Paraná Cooperativo – Um dos temas mais polêmicos em discussão na Câ-

“ Já existe uma união, um entrelaçamento da minha vida pública com o cooperativismo ”

deveria investir no sistema cooperativo como instrumento de desenvolvimento econômico e social?

Severino Cavalcanti – Claro, e isso eu já senti há 40 anos, quando fui fundador da Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco (Ocepe). Inclusive, também fui presidente de uma cooperativa de crédito, quando era prefeito da cidade de João Alfredo (PE). Então, já existe uma união, um entrelaçamento da minha vida pública com o cooperativismo. E, assim, vejo que a melhor solução para o País é o cooperativismo. É um sistema onde não se é dominado pelos grandes grupos econômicos. Esse sistema é a oportunidade para que aqueles pequenos e médios proprietários rurais, e mesmo das cidades, possam participar, por intermédio da cooperativa, do cooperativismo e dos destinos econômicos e do País.

Paraná Cooperativo – *Uma das mais antigas reivindicações do sistema é a aprovação da nova lei cooperativista, que está sendo discutida há 15 anos no Congresso. Existe alguma possibilidade dessa matéria avançar, agora com o senhor na presidência da Câmara?*

Severino Cavalcanti – Eu, inclusive, participei dessa discussão, há 15 anos. Lutamos para que se fizesse, naquela época, o sonho acalentado pelo cooperativismo. E, agora, como temos que acompanhar o desenvolvimento da sociedade de hoje, aquela lei não está mais dentro das exigências e nem atende as necessidades do sistema cooperativo. O que eu posso

dizer, é que vamos ajudar a fazer com que o cooperativismo possa ter, realmente, a sua vida orientada, definindo uma nova lei, que venha ao encontro dos anseios dos cooperativistas.

Paraná Cooperativo – *O agronegócio, do qual o cooperativismo tem importante participação, se revela uma das grandes forças econômi-*

cas do País. O senhor acredita que as políticas públicas têm contemplado essa demanda?

Paraná Cooperativo – *Só que esse avanço do agronegócio enfrenta algumas barreiras, como por exemplo na relação com o meio ambiente. Como o senhor acha que deve ser tratada essa discussão?*

Severino Cavalcanti – Eu acho que o meio ambiente deve olhar essas questões com mais sensibilidade, porque eles estão atrapalhando o desenvolvimento do nosso País, principalmente em relação à produção agrícola. As entidades e instituições ligadas à questão do meio ambiente precisam ter uma postura mais sensível. Essas ONG's (organizações não-governamentais) não podem dirigir o destino do País. ■



“
Essas ONG's (organizações não-governamentais) não podem dirigir o destino do País
”

cas do País. O senhor acredita que as políticas públicas têm contemplado essa demanda?

Severino Cavalcanti – A verdade é que o governo precisa ter mais sensibilidade com o agronegócio, que tem sido o grande esteio dessa nação. Se não fosse esse setor, o Brasil estaria numa situação muito difícil. É a agricultura e a pecuária que têm gerado divisas ao País. Então, fica muito claro que, se as relações comerciais têm sido dadas, em boa parte, por intermédio do agronegócio, o governo tem que dar

Transgênicos:

uma nova tecnologia no campo

Marco legal, Lei de Biossegurança sugere desenvolvimento tecnológico sem precedentes no País

Resultado de uma verdadeira batalha política e judicial, mas também de um processo técnico-científico e amplamente democrático, uma vez que contou com a participação da sociedade civil, o Congresso Nacional finalmente aprovou a nova Lei de Biossegurança para o País. Matéria polêmica, questionada do ponto de vista ético, cristão e ambiental, o fato é que a nova legislação está provocando uma verdadeira revolução na medicina e na agricultura brasileira. Entre outras deliberações, ficam autorizadas as pesquisas com células-tronco embrionárias, bem como a pesquisa, o plantio e a comercialização dos OGMs (Organismos Geneticamente Modificados).

Com a aprovação da lei, é consenso entre cientistas, políticos e produ-

tores que, independente de questões ideológicas, o Brasil passa a integrar a agenda mundial na área de biotecnologia. Mesmo que com alguns anos de atraso, especialmente do ponto de vista técnico, existe uma avaliação quase que unânime de que as novas regras criam um ambiente favorável à pesquisa. Definindo competências, a lei também desenha um cenário mais claro e otimista sobre qual caminho seguir, garantindo segurança àqueles que optarem, por exemplo, em investir no desenvolvimento e aplicação da tecnologia dos transgênicos.

Entretanto, o grande avanço, é que a lei esclarece definitivamente as competências da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança). O texto é muito claro quando confere à CTNBio a responsabilidade de deliberação nos processos de avaliação da tecnologia dos transgênicos, acabando



com o conflito entre biossegurança e meio ambiente. Nos últimos seis anos, desde que a CTNBio emitiu parecer que desobriga a realização de estudo de impacto ambiental para a pesquisas com soja OGM, demandas judiciais interromperam os experimentos e a evolução da tecnologia em território nacional.

Nesse caso específico da soja transgência, a nova lei também coloca em debate uma série de variáveis, com efeitos práticos de imediato na evolução do agronegócio brasileiro. O marco legal chega num momento em que o País investe em novas fronteiras agrícolas. A expectativa é que a tecnologia dos transgênicos contribua para esse avanço, disponibilizando cultivares adaptadas às condições de clima e solo de cada região. Pelo menos é essa a avaliação do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa),



Fotos: Imprensa Ocepar

Francisco Aragão, pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Roberto Rodrigues. Ele acredita que, dentro de 3 a 4 anos, metade da área cultivada no Brasil será de variedades geneticamente modificadas.

Ainda de acordo com o ministro, seguramente a soja transgênica deve ter um reflexo na redução do custo produção. “Vamos ter condições de produzir mais barato, aumentando a competitividade do produtor rural brasileiro.” Essa questão também tem uma vertente ambiental, lembra Roberto Rodrigues, “uma vez que reduz o uso de pesticidas”. Outra questão destacada pelo ministro é a contribuição dos OGMs na saúde humana, ou seja na produção de alimentos com substâncias medicamentosas.

Para acompanhar a regulamentação e implementação da lei, bem como o comportamento da nova legislação no campo, o Mapa criou a Coordenação de Biossegurança, um novo departa-

mento, vinculado à Secretaria de Defesa Agropecuária, implantado a partir do Decreto 5351, de 21 de janeiro, que promoveu mudanças na estrutura e na gestão administrativa do órgão.

Regulamentação – Contudo, logo após a aprovação da lei pelo Congresso Nacional, a preocupação passou a ser a sanção presidencial (o prazo era 24 de março) e a própria regulamentação da nova legislação. O temor inicial é com a possibilidade de vetos, situação que pode interferir na essência e, por consequência, no conjunto das regras. Já em relação à regulamentação, existem dúvidas principalmente no que diz respeito às pesquisas com células-tronco. Cogita-se inclusive a hipótese da regulamentação em separado, em dois decretos distintos, apesar dos dois temas estarem contemplados em uma única lei.

Comissão Técnica e Conselho Político

Além de estabelecer normas de segurança para a pesquisa, o plantio e a comercialização de transgênicos, a lei cria novos mecanismos e fortalece estruturas já existentes, tanto na esfera técnica como política. A primeira determinação diz respeito à composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que passa de 18 para 27 membros. Serão 27 titulares e 27 suplentes, sendo 12 cientistas; 9 representantes do governo, indicados pelos ministérios; e 6 especialistas em diferentes áreas, também indicados pelos ministérios, como representantes da sociedade civil.

Do lado político, surge o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), também chamado de Conselho Superior de Ministros, que estará avaliando os aspectos sócio-econômicos da adoção dessa nova tecnologia. Vinculado à Presidência da República, o Conselho será composto por 11 ministros e terá como função básica fixar princípios e diretrizes para a ação administrativa dos órgãos e entidades federais envolvidos nas matérias submetidas à Lei de Biossegurança.

Assim, de acordo com a lei, teoricamente a responsabilidade da CTNBio será de avaliar o risco nos eventos com transgênicos; aos órgãos de fiscalização compete o registro de produtos (cada produto na sua área de competência, como por exemplo os agrícolas, o Mapa e os alimentos a Anvisa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária); e ao Conselho de Ministros administrar possíveis conflitos que possam surgir na implementação e cumprimento da lei.

Pesquisa com novas culturas

Além da soja, a CTNBio já trabalha na análise de eventos OGM para escala comercial de culturas como o milho, algodão e arroz. Em fase de projeto de pesquisa, explica Jairon Alcir Santos Nascimento, coordenador-geral da comissão, também existem experimentos com a cana-de-açúcar. No caso do milho, há possibilidade de haver um parecer técnico da CTNBio até junho deste ano. A análise mais avançada é com eventos do algodão. A expectativa era de que os técnicos apresentassem um parecer ainda em abril. Mas já no dia 17 de janeiro a CTNBio emitiu parecer aprovando a liberação comercial do primeiro algodão transgênico no Brasil.

Nesse último caso, destaca Francisco Aragão, da Embrapa Recursos Genéticos, é possível inclusive contribuir para que o Brasil retome a sua posição como grande produtor de algodão. Ele disse, ainda, que as pesquisas estão trabalhando o algodão OGM com fibra mais resistente, de modo que as máquinas possam operar mais rápidas e com maior produtividade. “Isso é mercado e competitividade”, ressalta o pesquisador, afirmando ainda que genes de teia de aranha e bicho da seda podem ser introduzidos no algodão para a obtenção de um fio com mais elasticidade e rigidez.

Porém, Aragão faz um alerta, de que a lei, sozinha, não é suficiente. Na sua opinião, ela é necessária, mas existem três questões fundamentais para o desenvolvimento de tecnologia em engenharia genética: formação de pessoal capacitado e qualificado; legislação compatível com pesquisa agropecuária; e recursos. “O Brasil tem pessoal altamente qualificado, estamos prestes a ter



Arquivo

CTNBio já aprovou a liberação comercial da primeira variedade de algodão transgênico

uma legislação, mais ainda não temos recursos.”

A antiga legislação que contempla as questões de biossegurança, a Lei 8974/95, já determina que todo órgão que for manipular OGM (transporte, armazenamento, pesquisa e industrialização) precisa de uma parecer téc-



Jairon Nascimento, da CTNBio

nico da CTNBio sobre a necessidade – ou não – da realização do Estudo de Impacto Ambiental. A nova lei, explica Jairon, reforça essa tese e ainda resolve um problema jurídico, que é o conflito de competências. Até então, a Lei 8974/95 colocava sobre tutela da CTNBio a decisão em relação a esse estudo, mas na legislação ambiental havia um entendimento de que essa responsabilidade era dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). O técnico da comissão lembra que, no caso da soja, existe um parecer emitido em 1998 que desobriga o Estudo de Impacto. Na época, os técnicos aprovaram apenas um plano de monitoramento da cultura.

Outra questão importante é que, se alguém se sentir prejudicado por uma decisão da CTNBio, existe o instrumento do recurso. A Comissão dá o parecer sobre as variedades e, no caso da pesquisa, somente o aval da CTNBio é suficiente. No caso do comércio, no entanto, esse parecer é submetido ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS).

Plantando Evolução Colhendo Qualidade



COAMO

AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

www.coamo.com.br

Fica estabelecida a concorrência

A possibilidade de geração de novas tecnologias, aberta com a aprovação da Lei de Biossegurança, coloca o Brasil em condições de competir e fazer concorrência no mercado mundial da engenharia genética vegetal. Hoje, a Monsanto detém quase que um monopólio a partir da variedade de soja resistente ao glifosato, também conhecida como RR (Roundup Ready). Mas com a liberação das pesquisas, a expectativa é o surgimento de novas cultivares, resistentes a doenças e pragas ou então à condições adversas de clima e solo.

“Resistência ao herbicida é só o começo”, disse Francisco Aragão, pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, de Bra-

sília, destacando que o próximo passo é o controle da produção. Segundo ele, está em curso o desenvolvimento técnico para o controle de florescimento e tolerância às condições climáticas – seca ou ao frio. “Vamos poder plantar onde antes não podia”, afirma.

De acordo com Aragão, existem pesquisas que buscam a redução do ciclo da planta, com a possibilidade de duas a até três safras por ano. “Existem genes que introduzidos na planta podem reduzir seu ciclo em até 1/3”. Ele lembra ainda de pesquisas que estão em andamento em busca de “plantas resistentes a outros herbicidas, que não o glifosato, para que haja competição no mercado”. E esse cenário de concorrência, em sua avaliação, “não mudou antes por

inoperância nossa mesmo”.

O raciocínio do pesquisador da Embrapa é o mesmo do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para quem a Lei de Biossegurança representa, em primeiro lugar, um avanço técnico fundamental, que permite ao Brasil fazer pesquisas e, com isso, buscar a sua independência em relação às multinacionais que detém a tecnologia”.

Para o senador Osmar Dias, um dos idealizadores da Lei de Biossegurança, a nova legislação já começa a trazer resultados práticos. “A Embrapa estuda possibilidade de lançamento de novas variedades de soja, uma delas resistente a um outro herbicida, o que significa que vai haver uma concorrência com a Monsanto.”

A soja transgênica na safra 2005/06

Conforme números da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes e Mudas (Abrasem), o Brasil possui hoje cerca de 200 mil sacas de semente básica de soja OGM. Para a safra 2004/2005, isso deve gerar para venda ao produtor aproximadamente 5 milhões de sacas de semente certificada transgênica, com registro no Ministério da Agricultura.

Levando em conta a proporção de uma saca/hectare, esse volume de sementes será suficiente para cultivar 5 milhões de hecatres, “o que representa entre 25% e 30% do mercado de soja no Brasil”, disse José Américo Rodrigues, superintendente-executivo da Abrasem. Ele também lembrou que, atualmente, existem mais de 40 variedades de cultivares RR, resistentes ao glifosato, disponíveis pela Monsanto ou através de parcerias desta multinacional com empresas como a Embrapa, a Pioneer e Cooperativa Coo-

detec. Do total de sementes comercializadas no Brasil, 60% entram no mercado na relação de compra e venda e 40% são de reservas próprias dos produtores ou então são piratas.

Uma das grandes vantagens da legalização dos transgênicos, explica José Américo, “é que o produtor vai ter cultivares específicos, desenvolvidos para as diversas regiões, adaptadas a cada tipo de clima e solo. Serão sementes tratadas e com garantia de sanidade, o que se reflete em produtividade e economia.” Na avaliação da Abrasem, conferindo o direito do livre arbítrio, a legislação dá rumo para a pesquisa e o agronegócio brasileiro, permitindo que o produtor possa se planejar e tenha segurança para investir em biotecnologia e na estruturação para venda de transgênicos.

Agora, a expectativa dos produtores de sementes é a nova composição da CTNBio. Segundo José Américo, é preciso que a comissão seja

constituída o mais breve possível, evitando a formação de um “buraco negro entre a velha e a nova legislação”.

Coodetec – Para Ivo Carraro, diretor-executivo da Coodetec, em Cascavel, o marco legal da Lei de Biossegurança representa “maior clareza” às discussões e contradições que se estabeleceram em relação ao tema. “O fato concreto, é que agora temos regras que nos permitem sair da obscuridade e acabam com a moratória branca”, disse Carraro, destacando que esse novo cenário também traz mais segurança para a realização de investimentos no setor.

No ano passado, as sementes de soja da variedade Coodetec representaram 22% da área cultivada no País. Agora, com a legalização dos transgênicos, Carraro acredita que a cooperativa terá condições de ampliar essa participação, uma vez que também está trabalhando para lançar cultivares OGM.



Expectativa é que, dentro de 3 a 4 anos, metade da área de soja seja cultivada com grão OGM

Senador Osmar Dias

“ Nós teremos uma redução de custos de produção e um aumento de produtividade. É tudo o que o produtor necessita, principalmente quando atravessa um período de crise, como esse que estamos vivendo. Mas, espero, que no momento da sanção, o presidente não vete nenhum artigo, para que a gente possa ter a Lei que nasceu aqui no Senado Federal, com a nossa autoria, junto com as entidades representantes do setor. Nós queremos que o presidente sancione a lei integral para que ela possa realmente surtir os efeitos que esperamos na economia brasileira, sem nenhum risco ao meio ambiente e sem ameaça à saúde humana. Além disso, temos a cláusula de segurança, já que além da CNTBio analisar tecnicamente, ainda há possibilidade do Conselho Político avocar a decisão e até mudar a decisão, se for o caso. ”

Deputado Moacir Micheletto

“ Pela primeira vez, num ato histórico da vida parlamentar do Brasil, tivemos um consenso extraordinário aprovando a Lei da Biossegurança, que tem duas vertentes importantes. No caso das células-tronco, é vida que se discute. E a pesquisa nesse campo virá salvar milhares de pessoas, já que o Brasil tem um grupo forte de pesquisadores. A outra vertente é a dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM's). O Brasil tem uma lei, um rumo, um norte. E agora nós temos a possibilidade de pesquisa, fazendo com que a biotecnologia venha ao campo sem o imbróglio jurídico e de interesses. E a aprovação da lei de biossegurança traduz, neste exato momento, o desenvolvimento científico, econômico e social para o Brasil. Eu acho que lei veio clarear, definitivamente, um campo que estava nebuloso. ”

Deputado Odacir Zonta

“ Eu acho que a aprovação do projeto da lei de biossegurança foi um momento de afirmação do parlamento, de independência e de correspondência para com o anseio da classe produtora brasileira e também da área da saúde. Realmente vai trazer reflexos altamente positivos. A Coodetec, Embrapa e tantos outros vão poder evoluir nas pesquisas. A aplicação das novas tecnologias vai nos permitir um avanço na produtividade e a diminuição dos custos das lavouras. Então, é um grande momento que o Brasil vive e um passo gigantesco em favor do desenvolvimento. Um outro fator importante é que a classe política não vai influenciar. O comando da decisão ficou com a CTNBio. A pesquisa e a área científica é que vai definir todos os projetos, inclusive as autorizações de impactos ambientais. ”

Principais pontos do Projeto de Biossegurança

1 O Projeto de Lei de Biossegurança (PL 2401) estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização relacionados aos organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do Princípio da Precaução para a proteção do meio ambiente;

2 O projeto modifica a composição e a qualificação da (atual) CTNBio, que passa de 18 para 27 membros com titulação de Doutor, sendo 12 especialistas com notório saber científico (3 da área de saúde humana, 3 da área animal, 3 da área vegetal e 3 da área ambiental); 9 representantes do governo (ministérios) e 6 especialistas em diferentes áreas, indicados pelos ministros de cada setor relacionado (sociedade civil);

3 O projeto esclarece, definitivamente, as competências da CTNBio no processo de avaliação da tecnologia. Compete àquela Comissão, entre outras: proceder à análise de risco, caso a caso, relativamente a atividades e projetos que envolvam OGM e seus derivados; autorizar as atividades de pesquisa com OGM; e identificar atividades e produtos decorrentes do uso de OGM e seus derivados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente ou que possam causar riscos à saúde humana. A CTNBio delibera, em última e definitiva instância, sobre os casos em que a atividade é potencial ou efetivamente causadora de degradação ambiental, bem como a decisão sobre a necessidade de licenciamento ambiental. A decisão da CTNBio vincula os demais órgãos da administração quanto aos aspectos de biossegurança do OGM e seus derivados;

4 O projeto cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), vinculado à Presidência da República, com as seguintes competências: fixar princípios e diretrizes para a ação administrativa dos órgãos e entidades federais com competência sobre a matéria; analisar, a pedido da CTNBio, quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade socioeconômicas e do interesse nacional, os pedidos de liberação para uso comercial de OGM e seus derivados; avocar e decidir, em última e definitiva instância, quando julgar necessário, sobre os processos relativos a atividades que envolvam o uso comercial de OGM e seus derivados; apreciar recurso dos órgãos de fiscalização e registro em relação a decisão da CTNBio.

5 O CNBS é formado por 11 Ministros: Ministro de Estado da Casa Civil, Ministro da Justiça, Ministro da Ciência e Tecnologia, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministro da Saúde, Ministro do Meio Ambiente, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Defesa e pelo Secretário Especial de Aquicultura e Pesca. A avocação do processo pelo CNBS para análise ocorrerá em até 30 dias após a publicação da decisão da CTNBio e deverá sofrer apreciação em até 45 dias, sendo aceita como definitiva a decisão da CTNBio em caso de não obediência desse prazo. No caso de recurso apresentado pelos órgãos de registro e fiscalização, o CNBS tem o prazo de até 45 dias para apreciação e decisão, sendo considerado prejudicado o recurso apresentado em caso de não obediência desse prazo;

6 Nas disposições finais e transitórias o projeto:

6.1 Autoriza o registro e comercialização de OGM que tenha obtido decisão favorável à sua liberação comercial, salvo manifestação em contrário do CNBS no prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da Lei;

6.2 Estabelece que permanecem em vigor os CQB (Certificados de Qualidade em Biossegurança), comunicados e decisões técnicas já emitidas pela CNTBio, bem como, no que não contrariarem o disposto na Lei, as instruções por ela expedidas;

6.3 Estabelece que não se aplica aos OGM e seus derivados o disposto na Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989 (Lei de Agrotóxicos), e suas alterações, exceto para os casos onde eles sejam desenvolvidos para servir de matéria-prima para a produção de agrotóxicos;

6.4 Convalida e torna permanentes os registros provisórios concedidos sob a égide da Lei n.º 10.814/2003; autorizam a produção e comercialização de sementes de cultivares de soja geneticamente modificada tolerantes ao herbicida glifosato registradas no RNC; e autoriza o plantio de grãos de soja GM reservadas pelos produtores rurais para uso próprio, na safra 2004/2005, sendo vedada a comercialização como semente.

6.5 Estabelece a exigência de rotulagem dos alimentos e ingredientes destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados.

Fonte: Coordenação de Biossegurança do MAPA

A qualidade como garantia da Responsabilidade Social



A melhoria de vida da família associada e de sua comunidade passa pela qualidade. O frigorífico de aves da LAR, o melhor do Brasil há seis anos pelo MAPA/DIPOA/SIF, tem esta missão, agora com certificação ISO 9001 pelo BVQI, alcançada com méritos dos associados integrantes do fomento avícola da cooperativa e dos funcionários.

A constante busca de valor agregado e qualidade em fécula e amidos modificados de mandioca, de vegetais congelados e enlatados e, desde 29 de outubro de 2004, de frango e seus derivados, está alicerçada na certificação ISO 9001 destas indústrias da LAR, em benefício do produtor rural e do consumidor.

Produtos Lar:
qualidade internacional certificada



ISO 9001

Lar

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR

**“Um coração sempre
aberto para você”**

Senado reforça debate sobre questões agrícolas

Senadores criam comissão permanente e querem parceria com setor produtivo

No momento em que um conjunto de variáveis coloca o agronegócio brasileiro à mercê de uma crise financeira e de produção, surge no Congresso Nacional um novo instrumento de debate, reivindicação e também de encaminhamento das questões relacionadas à agricultura e pecuária do País. No dia 1º de março, foi instalada, oficialmente, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, um espaço teoricamente político, mas que se propõe, na prática, a estabelecer uma parceria com o setor produtivo e o poder público na busca de políticas que garantam o desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária no Brasil.

O novo colegiado é resultado de um Projeto de Resolução do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que defende a criação dessa comissão há mais de 14 anos. Mais recentemente, essa discussão ganhou como aliado o senador Osmar Dias (PDT-PR), que há oito anos também apresentou um projeto nesse sentido. De caráter permanente, a comissão tem na presidência o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), e como vice o senador Flávio Arns (PT-PR). O senador Osmar Dias participa como membro titular.

O trabalho da comissão, segundo



Reunião da Comissão de Agricultura do Senado

seu presidente, terá basicamente duas linhas de ação. A primeira, a curto prazo, contempla aspectos conjunturais. Ele cita como exemplo a necessidade da implementação de políticas públicas concretas para as safras, questões de crédito e câmbio. Mas a maior urgência, destaca o senador, é discutir e encaminhar medidas que visem diminuir o impacto causado pela seca no Sul do País.

Num segundo momento, a sugestão do senador Sérgio Guerra é conduzir, de uma maneira “mais tranqüila, segura e gradual” uma avaliação

de problemas antigos, mas que só podem se resolvidas a médio e longo prazo, como as questões de infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento. “Qual a capacidade brasileira em dotar a sociedade econômica, do meio rural, de mecanismos de pesquisa e desenvolvimento compatíveis com sua necessidade?”, pergunta o parlamentar. Outra preocupação da comissão tem a ver com o fato da natureza e do meio ambiente. A intenção, explica o senador, é que se estabeleça um padrão de convivência construtivo entre a necessidade

de expansão da agricultura e a preservação do meio ambiente, “retirando dessa discussão variáveis emocionais, que normalmente não têm consistência”.

O senador lamentou que a comissão só tenha sido criada agora, o que, segundo ele, demonstra um claro sinal de que o Brasil, de uma maneira geral, e o sistema urbano que governa o País, não tem suficiente avaliação do peso, da importância, do relevo que deve ter a atividade rural. Sérgio Guerra ainda defende que esse grupo de trabalho esteja absolutamente integrado com setores produtivos e governamentais. Em sua avaliação, o agronegócio precisa ser mais ouvido pois, apesar de ter peso econômico, político e social, não é devidamente considerado de uma forma proporcional ao seu verdadeiro poder, na formação das decisões do País. “O setor agrícola, de origem rural, não está no centro das decisões, mas na periferia. Então, a comissão deve atuar para que não seja assim, para que a agricultura tenha seu papel, e que esse papel não seja apenas no plano da economia, dos empregos, mas também de maneira muito clara na condução nas decisões que lhe dizem respeito”.

Osmar Dias – O senador Osmar Dias lembrou que somente quando o agronegócio se tornou conhecido por toda a sociedade como o setor que gera quase 40% dos empregos e da renda para o Brasil, “é que nós conseguimos convencer da sua conveniência e da sua importância para o Senado Federal”. Agora, “felizmente ela foi criada e tenho muita esperança que, através dessa comissão, nós possamos, aqui, criar um canal de negociação com o governo, para que as entidades que representam os segmentos possam participar das discussões e ajudar a



Reunião da Comissão de Agricultura na Câmara

levar ao governo as propostas que entendermos serem importantes para desenvolvimento do agronegócio”.

Nesse sentido, explica o senador, em sua segunda reunião (09 de março) a comissão já aprovou um requerimento convidando o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que se dispôs a vir até o Senado para debater os problemas da agricultura. “Queremos fazer a ele algumas propostas que, nosso entendimento, podem amenizar essa crise que vive o produtor rural de todo o País, em função dos preços baixos e altos custos de produção e, agora, com a estiagem que afeta a produtividade de forma direta nos estados do Sul.”

Para o deputado federal Ronaldo Caiado (PFL-GO), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, a criação desse novo colegiado no Senado vem fortalecer o trabalho e a presença do Congresso Nacional nas discussões que envolvem o setor agropecuário do País. “Nossa sintonia deve ser total, e vamos trabalhar transferindo todas as

informações que temos, com o objetivo de montar um projeto que tenha o aval dos senadores e, lógico, coordenado agora pelo senador Sérgio Guerra.”

O deputado Odacir Zonta (PP-SC), presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) entende que essas comissões têm um grande desafio. “Já alertamos o governo para os problemas que estamos vivendo e está na hora de decisões práticas em relação ao aumento do custo de produção”, disse o parlamentar, citando também a estiagem na Região Sul, que deve representar uma quebra na produção em mais de 8 milhões de toneladas. “Já estamos propondo um novo Pesa e um novo processo de securitização, porque estamos entendendo que o produtor não vai conseguir pagar”, explica o deputado, confiante na busca de soluções a partir do trabalho efetivo das comissões de agricultura (Câmara e Senado), bem como das frentes parlamentares (Agricultura e Cooperativismo). ■

Onde a tecnologia faz o show



Ministro e lideranças políticas e do cooperativismo junto a variedades transgênicas da Coodetec



Nos 72 hectares de área, muita tecnologia e organização

Fotos: Imprensa Ocepar

Considerado um dos maiores eventos tecnológicos do País, o Show Rural Coopavel 2005, em sua 11ª edição, atraiu este ano cerca de 189 mil visitantes que, durante os cinco dias do evento, percorreram os 72 hectares de área, onde foram distribuídos 281 expositores nacionais e internacionais, entre eles, o estande organizado pelo Sistema Ocepar/Sescoop-Pr. Segundo o presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, o produtor visita o Show Rural em função das inovações que apresenta, e esse foco a Coopavel vai preservar sempre e a todo custo. O evento busca prioritariamente mostrar novas tecnologias e inovações para a agricultura e pecuária, mas conseguir impulsionar negócios também é bom, de acordo com Dilvo. “É neste ambiente que os agricultores podem ter contato com tec-



Estande do Sistema Ocepar

nologias em máquinas, implementos, insumos e cultivares que surgem como opção para aumentar os resultados de sua atividade”, afirma Dilvo Grolli.

Cooperativas – No estande da Ocepar, onde foram expostos produtos e serviços das cooperativas, inúmeras foram as visitas, onde dirigentes, produtores, técnicos e profissionais da imprensa buscavam informações sobre o sistema. Também passaram por lá o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, o vice-gover-

nador Orlando Pessuti, o presidente em exercício do Banco do Brasil, Ricardo Conceição, deputados estaduais e federais e inúmeras caravanas de produtores.

Uniodonto – Durante os cinco dias do Show Rural, a Federação Uniodonto fez um trabalho especial no estande da Ocepar, promovendo seus serviços de assistência odontológica e também de divulgação das diversas parcerias já realizadas com a Unimed. Para o presidente da Federação Uniodonto, Luiz Francisco Gianini, o Show Rural foi uma agradável surpresa. “Já tinha ouvido falar que era grandioso, mas não com esta magnitude, com tantas pessoas envolvidas, além da excelente organização”, frisou.

Transgênicos – Depois de passar pelo estande da Ocepar, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, foi conhecer as variedades de soja RR desenvolvidas pela Cooperativa Central de Pesquisa, sob licença da Monsanto. No estande da Coodetec, o diretor executivo, Ivo Marcos Carraro explicou ao ministro que elas aliam a vantagem de redução no volume de aplicação de herbicidas a ótimo potencial produtivo. Roberto Rodrigues fez questão de posar para os fotógrafos ao lado do diretor da Coodetec e do presidente da Coopavel, Dilvo Grolli e do deputado Dilceu Sperafico no meio da plantação da soja RR 212 e RR 213, que é de ciclo precoce e oficialmente recomendadas para a região Sul do País e que produzem, respectivamente, 133 e 155 sacas por alqueire. ■

Copacol

Cooperativa Agroindustrial Consolata

Sistema de Gestão da Qualidade



☎ 45 241-8080

www.copacol.com.br

copacol@copacol.com.br





Vitrines tecnológicas das

Dias de campo, palestras, encontros e reuniões técnicas, “Treino e Visita” têm ocupado grande parte da agenda dos técnicos Ocepar, das cooperativas, da Coodetec, Embrapa e do Iapar. Nos meses de janeiro e fevereiro é realizada a maioria dos eventos técnicos das cooperativas, inclusive os eventos de maior destaque, como o Show Rural da Coopavel, o Show Tecnológico de Verão da Fundação ABC e o Dia de Campo da Coodetec. Em agosto ocorre a Agroleite, o maior evento tecnológico em leite do Paraná, promovida pela cooperativa Castrolanda; e em outubro acontece o Winter Show da Fapa – Fundação Agrária de

“
Para transferir novas
tecnologias e informações
que propiciam mais
renda aos associados,
as cooperativas paranaenses
investem cada vez mais
”

Pesquisa. Praticamente todas as cooperativas promovem dias de campo para seus associados. E para realizarem esses eventos e responderem a demanda dos agricultores por novos conhecimentos, elas dispõem de um batalhão composto por mais de 1.120 técnicos com nível médio e superior.

“A agricultura do Paraná é reconhecida pela alta produtividade, e isso se deve, em grande parte, aos investimentos realizados pelas cooperativas nesse setor. Não podemos conceber uma cooperativa envolvida com a produção de grãos, fibras e carnes sem pensar numa boa equipe técnica para repassar conhecimentos técnicos que resultem em





cooperativas

Investimentos com os profissionais da assistência técnica ultrapassam R\$ 9 milhões por ano.

Fotos: Cocamar



aumento da produção e da qualidade dos produtos”, afirma o engenheiro agrônomo Flávio Turra, gerente técnico da Ocepar. Os investimentos das cooperativas com os profissionais de assistência técnica ultrapassam os R\$ 9 milhões por ano, sem contar com os gastos realizados na organização dos diversos eventos para difusão de tecnologia e na orientação a campo. Cada técnico realiza em média 4,5 visitas por cooperado por ano, com objetivo de prestar orientação.

Quadro 1 – O uso da tecnologia e a evolução da produtividade no Paraná e no Brasil

Produto	Produtividade do Paraná		Produtividade do Brasil	
	1981/1982	2003/2004*	1981/1982	2003/2004
Milho	2.103 kg/ha	3.956 kg/ha	1.791 kg/ha	3.291 kg/ha
Trigo	1.550 kg/ha	2.301 kg/ha	1.434 kg/ha	2.303 kg/ha
Soja	1.840 kg/ha	2.550 kg/ha	1.580 kg/ha	2.339 kg/ha

(*) A safra 2003/2004 foi prejudicada pela estiagem. Na soja, por exemplo, a produtividade média em safra normal é de 3.000 quilos por hectare.

Coodetec lança novos cultivares

A Coodetec - Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola - tem boa parte da responsabilidade pelo aumento da produtividade agrícola no Paraná, especialmente na soja, no trigo e algodão, pois desenvolve pesquisas nessa área. Para repassar as tecnologias promove diversos dias de campo durante o ano, direcionados a profissionais das cooperativas filiais, empresas parceiras e agricultoras associadas de cooperativas. A central também participa de inúmeros eventos técnicos no Paraná e em outros Estados para apresentar os seus cultivares. Eventos como dias

de campo, palestras técnicas e encontros tecnológicos são realizados mensalmente através dos supervisores regionais localizados em todo País, entre eles 17 eventos em Mato Grosso, 5 em Mato Grosso do Sul, 3 em Goiás, 12 em São Paulo e 45 em todo o Paraná. Para o mês de junho próximo estão agendados 25 dias de campo e palestras técnicas todos para associados das cooperativas empresas parceiras, sobre algodão, milho, soja e trigo.

Nos dias 2 e 3 de março, a Coodetec realizou, no seu centro de pesquisa em Cascavel, Dia de Campo destinado aos produtores e técnicos do País e do exte-

rior. Cerca de 760 pessoas de seis Estados participaram do evento. Na abertura, o diretor executivo da Coodetec, Ivo Carraro, lembrou que devido a diversidade de condições agrônômicas nas distintas regiões do País, os agricultores não deveriam se preocupar em encontrar a variedade de soja ideal para sua lavoura. O objetivo era mostrar ao produtor rural todo o conjunto de tecnologias que a Coodetec desenvolve e a metodologia de trabalho da empresa. "Queremos que vocês saibam como trabalhamos, o que oferecemos e aquilo que estamos programando para o futuro tanto na linha de transgênicos quanto na convencional. Assim vocês continuarão tendo a segurança que sempre sentem quando utilizam os materiais da Coodetec", comentou Carraro.

Nesse evento também foram lançadas novas variedades de soja convencionais e transgênicas. Dois cultivares foram oficialmente lançados: CD 221, recomendado para a região Sul que tem como característica marcante a precocidade; e o cultivar CD 222, um material de alta produtividade e recomendado para a região dos cerrados.



Foto: Coaagra

Profissionalização na Copacol

A Copacol, de Cafelândia, realiza anualmente um dia de campo para os agricultores que apresentam maior potencial de adoção de tecnologia, envolvendo cerca de mil pessoas. O evento ocorre na Estação Experimental da cooperativa. No entanto, o evento de maior alcance da Copacol é o PPPR – Programa de Profissionalização do Produtor Rural – que é um desdobramento do programa Treino e Visita. Enquanto o programa Treino e Visita é direcionado aos profissionais das cooperativas, o PPPR é voltado aos cooperados, mas a base são os novos conhecimentos adquiridos pelos téc-

nicos durante o Treino e Visita. "É o Treino e Visita para o agricultor. Cada técnico repassa para os grupos que orienta, em reuniões realizadas nos municípios onde ele atua", afirma o Milton dal Bosco, assessor técnico da cooperativa. Os 35 técnicos realizaram, durante o ano passado, cerca de 40 reuniões visando repassar os conhecimentos adquiridos do programa Treino e Visita.

Dal Bosco considera o programa Treino e Visita, desenvolvido pelo sistema cooperativista com apoio do Sescop, um avanço sem precedentes para o repasse de novos conhecimentos. "É excelente, e tem quatro

beneficiados: a pesquisa; as cooperativas; o agricultor, que pega a nova tecnologia em primeira mão, dois a três meses apenas depois de divulgada; e os profissionais das cooperativas, pois o programa é uma "universidade" de atualização. O Treino e Visita atualiza constantemente os profissionais", afirma. Além do mais, facilita o retorno da aplicação da tecnologia às instituições de pesquisa. "É uma evolução cultural, econômica e técnica do associado e do técnico a custo baixo", conclui, afirmando que "o Sescop propicia trazer aos profissionais a elite do conhecimento".



A Integrada investe em tecnologia para garantir os melhores índices de produtividade. Produzindo mais de 39 mil toneladas de sementes de soja, trigo, aveia e feijão por ano, a Integrada se destaca como uma das grandes difusoras de novas variedades e cultivares, desenvolvidas pelos principais institutos de pesquisa do país. Com unidades em Londrina, Mauá da Serra e Santa Cecília do Pavão, buscamos sempre as melhores sementes adaptadas para cada região. Isso porque sabemos que uma alta produtividade começa com uma boa semente.

Sementes Integrada. Uma boa safra começa aqui.

**SEMENTES
INTEGRADA**

**TECNOLOGIA,
PRODUTIVIDADE E
ALTA GERMINAÇÃO**



**COOPERATIVA
INTEGRADA**

Tecnologia de aplicação

Os Dias de Campo da Coamo realizados no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul reúnem cerca de 8 mil cooperados por ano. A cooperativa busca, além do aumento da produtividade, reduzir custos. Neste ano, aproveitou a realização do 17º Encontro de Cooperados, realizado em fevereiro na fazenda experimental em Campo Mourão, para lançar oficialmente o Programa Coamo de Aplicação de Defensivos Agrícolas (TA). “O objetivo final do trabalho é reduzir perdas através do aumento da eficiência da aplicação e, com isso, garantir uma maior lucratividade para o produtor rural”, ressalta o diretor presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini. Ele repassou aos cooperados presentes ao evento um livro com as principais informações geradas a partir do levantamento e conclamou uma ação concentrada entre cooperados e assistência técnica para a redução dos índices de perdas pela má aplicação dos defensivos agrícolas – sobretudo pela deficiência dos pulverizadores. A meta, segundo ele, é eliminar as principais falhas verificadas no diagnóstico nos próximos dois anos.



Foto: Coamo

No diagnóstico apresentado pela Coamo aos cooperados durante o encontro na fazenda experimental, alguns números chegaram a impressionar, como os casos de produtores que chegam a perder mais do que 30% da eficiência do produto apenas por problemas de calibração ou desgaste do bico, ou até mesmo pela diferença na quantidade de produto aplicada ao longo da barra.

As falhas na aplicação de defensivos podem causar a perda de uma saca de soja ou trigo por hectare. Um agricultor que cultiva 100 hectares terá um

prejuízo de R\$ 5,4 mil por ano. Com este valor, em seis anos, o agricultor poderia trocar o seu pulverizador por um novo, somente com a economia gerada pela eficiência na tecnologia de aplicação de defensivos. “O nosso foco é reduzir as perdas por eficiência na aplicação dos produtos. E quanto a isso, só no que se refere à calibração do equipamento, ou seja, fazer uma regulagem adequada, em algumas situações nós vamos poder com certeza reduzir até mais de 10% daquilo que tem sido aplicado”, prevê Nei Cesconetto, gerente Técnico da Coamo.

O primeiro passo

“Os dias de campo são uma ferramenta muito importante para o processo de transferência de tecnologia. Mas devem estar inseridos num contexto maior, no qual a cooperativa possa atender a demanda causada por esses eventos”, afirma o engenheiro Lineu Domitt, pesquisador da área de transferência de tecnologia da Embrapa Soja, que acompanha o evento Treino e Visita das cooperativas e inúmeros outros eventos dedicados à discussão de novas tecnologias. Domit observa que os eventos tec-

nológicos criam uma expectativa, transformada em demanda por informações complementares, que o agricultor vai buscar na cooperativa. “Sem esse atendimento complementar, os dias de campo perdem sua eficiência”, afirma o pesquisador.

Mas Domitt aconselha a se cuidar também da redução dos custos de produção. Normalmente os agricultores estão muito preocupados em adotar novas tecnologias para aumentar a produtividade e menos preocupados em reduzir custos de produção, onde os resultados

podem ser obtidos mais facilmente. “O agricultor está preparado para aumentar a produtividade, mas pensa pouco na questão custo. Podemos manter produtividade, mas temos que tentar diminuir custo. Pode ser mais fácil reduzir gastos do que aumentar a produtividade”, frisa Lineu Domitt. Ele sugere que todas as instituições envolvidas com assistência técnica se preocupem mais com a avaliação dos custos. Domitt é um dos entusiastas do programa Treino e Visita, realizado pela Ocepar, Coodetec, Embrapa, Iapar e Emater.



Foto: C.Vale



Foto: Coagel

Treino e Visita:

Novas tecnologias chegam rápido ao campo

Uma parceria entre a Ocepar, o Sescop/PR, a Embrapa Soja, o Iapar, a Emater – PR e a Coodetec está permitindo que os resultados da pesquisa cheguem rapidamente ao campo através do Programa Integrado de Desenvolvimento Tecnológico da Agropecuária, simplificado para Treino e Visita. O objetivo é promover a especialização e a atualização tecnológica em soja, milho, milho safrinha, trigo e algodão, para os técnicos das cooperativas e da extensão rural, nas principais tecnologias de produção, em gestão e administração da propriedade e em estratégias de comercialização da produção.

Surgiu da necessidade da capacitação dos agricultores no atual cenário de economia de livre mercado, onde a produtividade, a competitividade e qualidade ditam as regras. Nesse contexto, os agricultores só terão rentabilidade e sustentabilidade se forem suficientemente capacitados para um modelo de agricultura que incorpore tecnologias, baixo custo, qualidade e comercialização em escala, além da industrialização. Cada

evento Treino e Visita leva em conta essas exigências e tem por objetivo reciclar os profissionais da área técnica em tecnologias de produção de soja, milho, trigo, algodão e pecuária. Aborda temas como rotação de culturas, plantio, sementes, patógenos de solo, fertilidade do solo, controle de pragas, doenças, plantas daninhas, comercialização e gerenciamento.

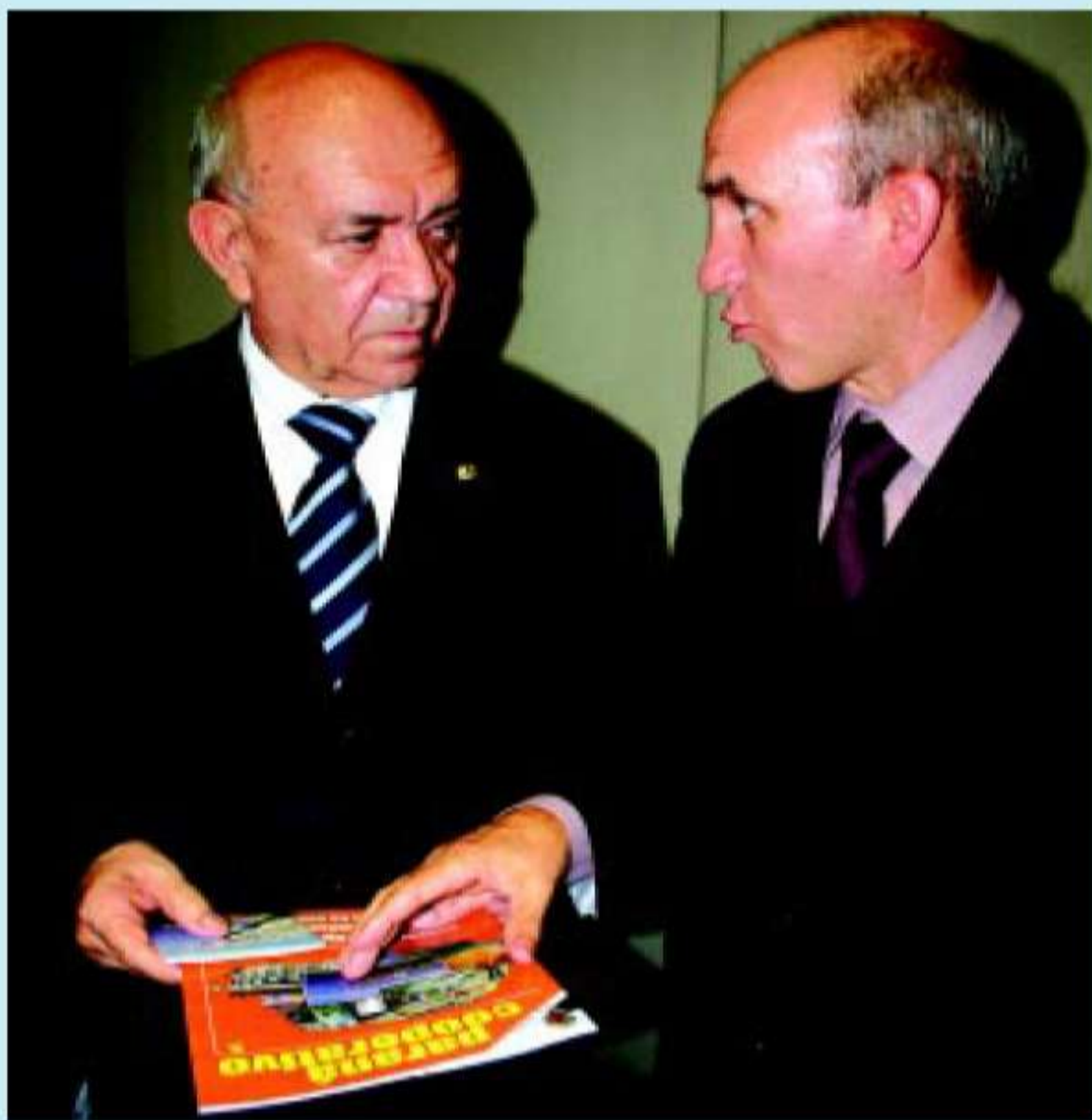
As cooperativas enviam ao Treino e Visita os especialistas em cada setor, que serão os multiplicadores dos novos conhecimentos aos demais profissionais da assistência técnica. Treinados, eles repassam as novas informações aos agricultores. Por outro

lado, as demandas dos agricultores seguem o caminho inverso, chegando até os especialistas envolvidos no Treino e Visita, que trarão, em eventos futuros, as respostas aos problemas apresentados. Os multiplicadores passam por um treinamento completo sobre as culturas junto aos pesquisadores, até serem capazes de compreender, avaliar, discutir e buscar junto a eles ou na literatura informações de qualquer nível da pesquisa aplicada em relação aos problemas enfrentados.

O programa é coordenado pela Ocepar, Embrapa Soja, Iapar, Coodetec e Emater – PR e recebe o apoio do Sescop/PR. Durante o ano de 2004, foram realizados 21 eventos Treino e Visita, em diferentes regiões do Paraná, totalizando mais de 700 participantes, a maioria técnicos das cooperativas e da Emater (multiplicadores), que repassam esses novos conhecimentos aos agricultores nos municípios onde atuam. O programa foi formatado para apresentar os resultados esperados, onde cada setor tem sua responsabilidade. ■



Foto: Integrada



Severino Cavalcanti recebe revista e CD-Card da Ocepar

Por ocasião da entrevista concedida à revista Paraná Cooperativo (páginas 6 a 9), o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, recebeu no dia 08 de agosto o diretor da Ocepar Luiz Roberto Baggio, diretor da Ocepar e vice-presidente da OCB, e os deputados Odacir Zonta (PP/SC) e Luiz Carlos Heinze (PP/RS), ambos integrantes da Frencoop – Frente Parlamentar do Cooperativismo. Ao final do encontro, Luiz Roberto Baggio entregou ao parlamentar um material institucional da Ocepar – revista e CD-Card - com informações do sistema cooperativo paranaense e convidou Cavalcanti para visitar as cooperativas do Estado. O presidente da Câmara já foi presidente de uma cooperativa de crédito de João Alfredo (PE) e vice-presidente da Organização das Cooperativas de Pernambuco (Ocepe).

Osmar Dias manifesta preocupação com a safra



Em visita à sede da Ocepar no dia 21 de fevereiro, o senador Osmar Dias ouviu do presidente da entidade, João Paulo Koslovski um detalhado relato sobre as dificuldades que o setor do agronegócio está enfrentando com a comercialização da safra de trigo, preocupação com relação a próxima safra de verão e também sobre a MP 232/2004. Koslovski repassou ao senador um estudo sobre os principais pontos discutidos na reunião. "Estamos apreensivos e partilhamos esta preocupação com a Ocepar e vamos levar ao ministro da Fazenda e da Casa Civil estes estudos para que sejam viabilizadas medidas para aliviar este quadro de crise", disse o senador.

25 anos de assessoria de imprensa cooperativa

Durante a Assembléia Geral da Lar, realizada dia 27 de janeiro, em Medianeira, o presidente Irineo da Costa Rodrigues quebrou o protocolo para homenagear Adroaldo Bombardelli, que completou 25 frente à assessoria de imprensa da cooperativa. Com lágrimas nos olhos e tomado de muita emoção, Adroaldo resumiu seu sentimento dizendo: "saio da Lar, mas saio de coração partido". Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido todos esses anos na área de comunicação da Lar, ele foi presenteado pela diretoria com um notebook.



Prêmio Cooperativa do Ano

Até o dia 10 de maio, as cooperativas agropecuárias podem inscrever seus trabalhos no Prêmio Cooperativa do Ano 2005, promovido pela OCB em parceria com a revista Globo Rural. A exemplo do ano passado, o concurso vai revelar trabalhos de destaque de cooperativas inscritas em oito categorias: Inovação Tecnológica; Meio Ambiente; Responsabilidade Social; Educação Cooperativista; Marketing; Qualidade e Produtividade; Intercooperação e Gestão Profissional. No ano passado, das oito premiadas, sete foram cooperativas paranaenses. O regulamento e a ficha de inscrição estão à disposição no site da OCB (www.ocb.org.br) e da revista Globo Rural (www.globorural.globo.br). A ficha de inscrição também pode ser entregue nas Unidades Estaduais da OCB ou enviada pelos Correios: Organização das Cooperativas Brasileiras - Setor de Autarquias Sul (SAUS), Qd 04, Bloco I, CEP: 70070-936 - Brasília-DF, aos cuidados da Gerência de Comunicação.

Embaixadora da Nova Zelândia visita a Ocepar



Em visita oficial pelo Paraná, no início de março a embaixadora da Nova Zelândia, Denise Almao foi recebida na Ocepar, onde conheceu um pouco mais sobre o cooperativismo paranaense e se mostrou entusiasmada com os números que foram apresentados sobre o desempenho do cooperativismo

paranaense. Segundo ela, o interesse maior é conhecer em detalhes sobre o processo produtivo e as estruturas de exportação do Paraná, principalmente nas áreas de grãos (soja e milho), laticínios e ovinos.

Cooperativistas da Costa Rica no Paraná



Os diretores do Instituto Nacional de Fomento das Cooperativas da Costa Rica, Leon Victor Gonzalez Gimenez e Edgar Quiros Nuñez, estiveram no Paraná e na Ocepar para conhecer o cooperativismo paranaense. O interesse principal dos cooperativistas costarriquenhos é conhecer práticas de capacitação de novas lideranças cooperativistas e identificar práticas de desenvolvimento regional. Eles também conheceram a cooperativa Agrária, de Entre Rios (Guarapuava). Esta visita ao Paraná acontece através de um convite feito pela Organização para o Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, que tem sua sede aqui em Curitiba. O contato com a Ocepar também serviu para informar e solicitar o apoio para uma visita que está sendo programada para o mês de maio, quando 15 prefeitos brasileiros e 15 prefeitos da Costa Rica virão ao Paraná para conhecer algumas cooperativas agropecuárias.

Ramo Transporte discute MP 232



O Conselho Especializado do Ramo Transporte da Ocepar reuniu-se em Curitiba, para discutir os efeitos e adotar ações com a intenção de reverter os impactos da MP 232 e da Lei 11051/2004, que tratam do PIS/Cofins e da CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido). Os dirigentes das cooperativas de transporte presentes aprovaram as medidas que foram encaminhadas pela Organização das

Cooperativas Brasileiras (OCB) e apoiadas pela Ocepar, com destaque para as propostas de emendas ao Projeto de Lei de conversão da MP 232. Também ficou definido que a área jurídica da Ocepar estará preparando uma minuta para as cooperativas interessadas ingressarem com mandado de segurança, com o objetivo de evitar o desconto na fonte dos impostos contemplados na Medida Provisória.

Copagrill aposta na diversificação

O cooperativismo tem sido o grande aliado dos pequenos produtores paranaenses para o desenvolvimento e crescimento produtivo, prova disso é a aposta que a Copagrill – Cooperativa Agrícola Mista Rondon – vem fazendo na diversificação. A recente inauguração da Unidade Industrial de Aves, em Marechal Cândido Rondon, região oeste do Paraná no dia 28 de janeiro, que contou com a presença do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, faz parte do Projeto Avícola da cooperativa como uma das principais alternativas para agregar renda à produção dos cooperados. Considerada como um marco histórico na vida da Copagrill, a unidade, com uma área de 18 mil metros quadrados e investimentos na ordem de R\$ 40 milhões, prevê o abate de 160 mil aves/dia até 2006 e na geração direta de 1,5 mil novos postos de trabalho e de 1,2 mil indiretos.

Para o presidente da cooperativa, Ricardo Chapla, a entrega desta unidade “é o resultado de um trabalho conjunto entre os 3,5 mil cooperados, funcionários e a comunidade, onde, de forma coesa, conseguimos vencer as primeiras etapas deste importante desafio e que, com certeza, deverá trazer uma nova fisionomia para a economia da nossa região”, lembra. Chapla destaca que não é só o frigorífico que serve de



Fotos: Divulgação

alavanca para o desenvolvimento, a construção de 350 aviários, em diversas regiões também faz parte de todo um complexo de sustentação desta diversificação. “Estamos entrando em uma nova etapa na vida da cooperativa, transformar o grão (soja e milho) em proteína (carne de frango), industrializando a nossa própria produção e contribuindo para o crescimento econômico e social de todos os municípios onde atuamos”, destacou Chapla.

Ao falar para uma platéia de mais de cinco mil convidados, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues afirmou que “a Copagrill está tendo a coragem necessária e a competência administrativa exigida para incentivar o desenvolvimento coletivo. Iniciativas como essa são exemplos para todo o País, onde o setor produtivo é contem-

plado através de projetos sólidos, pautados na realidade local e estruturado em pesquisas de mercado. Este é um momento inesquecível para todos nós, enquanto integrantes do setor produtivo nacional”. Rodrigues finalizou afirmando que iniciativas como essas “servem de combustível para o desenvolvimento do Brasil. Cada vez tenho mais orgulho do cooperativismo brasileiro que busca alternativas para enobrecer as cadeias produtivas”, disse. Também participaram da inauguração, o vice-governador e secretário da Agricultura do Paraná, Orlando Pessuti, o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, o presidente da Itaipu, Jorge Samek, os deputados federais, Moacir Micheletto e Dilceu Sperafico, presidentes de cooperativas e autoridades locais. ■

SICREDI NA EXPOSIÇÃO DE LONDRINA

DE 07 A 17 DE ABRIL, O SICREDI ESTARÁ
PARTICIPANDO JUNTO COM SEUS ASSOCIADOS
DA EXPOSIÇÃO DE LONDRINA / PR.

VISITE NOSSO ESTANDE E FAÇA BONS NEGÓCIOS.

E PARTICIPE TAMBÉM, NO DIA 13 DE ABRIL, DO SEMINÁRIO
COOPERATIVISMO E AGRONEGÓCIO,

COM OS SEGUINTE CONVIDADOS:

JOÃO PAULO KOSLOVSKI – PRES. DA OCEPAR

JOÃO TAVARES – BANCO COOPERATIVO SICREDI

PAULO CHANANECO PACHECO – BANCO COOPERATIVO SICREDI



www.sicredi.com.br

Qualidade e segurança na aplicação de RECURSOS

Manual traz orientações sobre como planejar, organizar eventos e prestar contas de recursos do Sescop-PR



Imprensa Ocepar

Manual de Normas e Procedimentos foi apresentado aos agentes durante encontro realizado no início de março

Padronizar procedimentos e garantir maior eficácia e segurança na relação entre os analistas de desenvolvimento humano e os profissionais que desempenham o papel de agentes dentro das cooperativas paranaenses. Com esse objetivo, o Sescop-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) está lançando o “Manual de Normas e Procedimen-

tos para a Realização de Eventos”, uma publicação desenvolvida pela Gerência de Desenvolvimento Humano do Sistema Ocepar.

O manual tem como propósito estabelecer e manter uma sistemática para o planejamento, execução, controle e avaliação dos eventos patrocinados pelo Sescop-PR. Somente no ano passado foram 1.266 eventos, com mais de 72 mil participantes, em

quase 18,7 mil horas/aula. É uma realidade que, segundo os técnicos do sistema, já justifica essa nova ferramenta de trabalho dentro do processo de gestão dos recursos aplicados nesses treinamentos.

“Estamos padronizando os procedimentos, para termos mais consistência na prestação dos recursos aplicados”, disse Leonardo Boesche, gerente de Desenvolvimento Humano do

Sescoop-PR. Ele também destaca que não se trata de mais burocracia, mas sim de um instrumento facilitador ao processo burocrático.

Marcelo Martins, analista que atuou na elaboração do manual, explica que essa sistematização visa, a princípio, facilitar o entendimento para o correto uso dos recursos. “São orientações sobre como planejar, cadastrar, prestar contas e encerrar um evento”, disse Marcelo, lembrando que essa etapa precede e agiliza o trabalho online de preenchimento das informações necessárias para execução de um projeto.

O manual pode ser consultado, por exemplo, no momento de decidir em que linha de ação se enquadra determinado projeto, para atender demandas específicas de determinada cooperativa. E, o manual ensina que, para caracterizar a linha de ação, deve-se

verificar o objetivo que se quer alcançar, a sua titulação, seu público alvo e sua natureza, que podem ser profissionalização de gestão; qualificação profissional; desenvolvimento cooperativista; integração social. Segundo Marcelo Martins, tendo acesso a essa consulta (manual), o agente ganha tempo e diminui as possibilidades de incorreções no cadastramento dos projetos pela Internet.

Agente de Desenvolvimento Humano da Coamo, de Campo Mourão, Antônio Marini acredita que o Sescoop-PR está dando um passo importante a partir do momento em que busca profissionalizar cada vez mais as suas bases, lá na cooperativa. “O conteúdo do manual também força a uma reflexão maior sobre a necessidade real de treinamento”, disse Marini, destacando que essas orientações vão facilitar o trabalho dos agentes,

dos analistas e do comitê que vai analisar os projetos. “Ao padronizar os procedimentos, de uma certa maneira o manual também abre caminho para sugestões e melhorias, muitas vezes necessárias para que o processo possa evoluir de acordo com a demanda das cooperativas.”

Para Arlita Matté Zanini, agente da Frimesa, de Medianeira, é preciso acreditar e apostar nessa nova ferramenta, agora mais didática, apresentada pelo Sescoop-PR. “No início, pode parecer trabalhoso, porque o novo sempre causa desconforto, mas com o tempo vamos ver que é tudo muito ágil e ainda mais seguro”, avalia Arlita. Nesse sentido, ela também faz uma referência a relação interativa com os analistas do Sescoop/PR, que, através do site do sistema, “não nos deixam descobertos e esclarecem dúvidas a todo momento que precisamos”. ■

Pensar nas pessoas, é pensar num futuro melhor para todos!

ESTA É A NOSSA MISSÃO.

A Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus, com sede no município da Lapa (PR), há 52 anos ao lado do homem do campo garante o sucesso da cadeia do agronegócio nas regiões onde atua.

Com trabalho sério, ético e organizado, a cooperativa colabora de forma direta para o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Presente em 10 municípios com estruturas de atendimento, a cooperativa presta os mais diversos serviços para seus 2.650 cooperados.

Por tudo isso, a cada ano que passa, a Bom Jesus apresenta avanços significativos no seu balanço econômico e social, sempre com os olhos voltados para promoção do ser humano.



COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS



Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus.

Rodovia do Xisto (BR 476), s/n - km 196 - Olaria. CEP: 83750-000 Lapa-PR. Fone (41) 622-1515

www.cooperativabomjesus.com.br cooperativabomjesus@cooperativabomjesus.com.br

Maçã cooperativa e rastreada

Uma referência dentro da produção integrada é a garantia de origem



Fotos: Imprensa Ocepar

Técnicas de manejo e tecnologia de produção garantem diferencial de qualidade à maçã da Cocamp

Responsável por mais de 50% da produção de maçã do Estado, o município de Palmas, no Sudoeste do Paraná, oferece condições climáticas singulares para o desenvolvimento da atividade. Entretanto, está no sistema cooperativo um dos principais diferenciais dessa produção. Aproximadamente 30% de toda a fruta produzida na região são de produtores ligados à Cooperativa Agrícola dos Campos Palmenses (Cocamp), que se dedica exclusivamente ao cultivo da maçã.

Combinando técnicas de manejo e tecnologia de produção, a cooperativa vem conseguindo se destacar no mer-

cado nacional pela qualidade dos frutos que saem dos pomares de seus cooperados. Essa, inclusive, é uma característica que garante competitividade ao produto da Cocamp, explica Roberto Hasegawa, presidente da cooperativa. Ele lembra, que a Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM) define normas de qualidade para a produção nacional, e que o fruto da Cocamp está acima dos critérios estabelecidos pela entidade.

Quase que a totalidade dos pomares da cooperativa está inserida no processo de produção integrada. A base desse sistema é desenvolver um trabalho mais racional no cultivo da

maçã, visando um maior controle das práticas de manejo, podendo inclusive reduzir custos.

Os cooperados, classificados como de produção integrada, também ficam sujeitos a um acompanhamento mais rigoroso por parte dos técnicos da cooperativa. Frequentemente são realizadas análises e testes laboratoriais a partir de amostragem colhidas diretamente dos pomares.

Como a participação no sistema de produção integrada fica condicionada a uma série de normas e regras, para se inserir nesse grupo, o produtor precisa deixar sua propriedade numa espécie de quarentena de um

ano. A partir de então, se cumpridas todas as diretrizes do programa, o produtor recebe um selo para identificar sua produção. De acordo com Roberto Hasegawa, a produção integrada confere normas de qualidade ao sistema de produção, garantindo um diferencial ao produto, sugerindo inclusive um maior valor de mercado.

Outra referência dentro da produção integrada é a rastreabilidade. Toda a fruta que entra na cooperativa é classificada por lote e produtor. A partir de uma identificação na caixa, é possível saber a origem da maçã, desde o produtor aos métodos de cultivo e manejo utilizados naquele pomar. “É a garantia de origem”, disse Hasegawa, destacando que na relação com o consumidor essa também é uma vantagem competitiva num mercado consumidor cada vez mais exigente. Isso, continua o presidente da Cocamp, sem falar da segurança em termos de sanidade.

Mercado – As maçãs da Cocamp, variedades Gala e Fuji, são comercializadas e consumidas no mercado nacional. A produção chega em estados como São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Brasília. Atualmente, um grupo de apenas 21 cooperados é responsável por uma pro-



Roberto Hasegawa



Cooperativa recebe cerca de 30% da produção de Palmas

dução (safra cheia) acima de 5 mil toneladas/safra, que chega aos distribuidores e ao mercado consumidor com as marcas Cocamp, Palmas Apple e Sannan. Os cooperados cultivam pomares que juntos somam 250 hectares e no período da colheita geram 700 postos de trabalho no campo.

A cooperativa também estuda projetos para entrar no mercado internacional. Para isso, no entanto, trabalha para aumentar o volume de produção e, por consequência, de cooperados.

A maçã da Cocamp já foi exportada, mas através de outras empresas, que adquirem o fruto para atender contratos com outros países, em especial os europeus, um dos principais mercados consumidores.

Este ano, no entanto, se a cooperativa estivesse exportando maçã, talvez não estivesse compensando. Com o dólar em baixa e com a redução da oferta, causada pela quebra na safra, o mercado interno deve se mostrar mais interessante. ■

Quebra de até 50% na safra

Contudo, apesar da produção integrada e do sistema de rastreabilidade, este ano, condições climáticas adversas causaram um revés na produção da Cocamp, cenário verificado também no contexto nacional, com uma quebra na safra que pode chegar a 50%. Essa redução na produção vale inclusive para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estados que concentram a maior parte da produção nacional. Os pomares, pelo menos no caso do Paraná, sofreram com problemas fitossanitários, causados pela combinação de baixa temperatura com alta umidade relativa do ar.

A produção de Palmas não deve atingir 15 mil toneladas, enquanto

que a do Estado deve ficar em torno de 20 mil toneladas. A Cocamp, segundo Geraldo Gobara, diretor técnico da cooperativa, deve receber entre 3 e 4 mil toneladas, contra uma produção que, se não fosse o granizo, poderia ter sido de quase 6 mil toneladas na safra anterior. A estimativa é que a safra brasileira, que já atingiu 1 milhão de toneladas, este ano fique abaixo das 750 mil toneladas. Os produtores apostam agora numa reação dos preços, baseada na relação oferta/demanda, para reduzir o impacto financeiro causado pela quebra da safra. Essa reação, no entanto, não deve ser suficiente para compensar as perdas.

Viagem pelo Roteiro dos Imigrantes

Profissionais do setor e jornalistas especializados participam de um tour experimental

Representantes da imprensa especializada em turismo, agentes de viagens e enviados de diversas instituições de apoio ao setor tiveram a oportunidade de conhecer, nos dias 25 e 26 de fevereiro, o Roteiro Turístico dos Imigrantes. A iniciativa de familiarização turística (Famtur) foi por iniciativa da recém criada Cooperativa Paranaense de Turismo - Coop-tur, com apoio da Ocepar e do Sescop/PR.

Witmarsum – Durante dois dias, o grupo de visitantes percorreu a rota eslavo-germânica. A viagem iniciou com visita a colônia de Witmarsum, no município de Palmeira, onde fica localizada a cooperativa Witmarsum. Lá, os integrantes conheceram a história da colonização menonita, quando na oportunidade puderam ver de perto uma criação de pôneis, empreendimento do associado Sieghard Epp, além da visita a uma chácara de produtos orgânicos. O museu histórico, o manejo agropecuário e a gastronomia colonial germânica também foram atra-

Fotos: Imprensa Ocepar



Entre Rios, município de Guarapuava, berço da cultura suábica no Brasil.

tivos nesta primeira etapa da viagem.

Prudentópolis – Depois de Palmeira os visitantes conheceram Prudentópolis, sede da cooperativa Camp, onde puderam degustar, no Chalé Costenaro, produtos embutidos fabricados de forma artesanal. Moacir Luis Costenaro, associado da Coop-tur e proprietário do Chalé, aposta no turismo rural como opção extra de renda e acredita que essa possa ser a solução para ocupar a mão-de-obra excedente. Prudentópolis traz a marca da colonização dos imigrantes poloneses e ucranianos. O intenso trabalho

de resgate histórico está no Museu do Milênio. Essa região destaca-se pela religiosidade, fator facilmente percebido pela existência de dois padroeiros na cidade: São João e São Josafat. Além dessa curiosidade, o município de Prudentópolis abriga as maiores quedas d'água com cachoeiras que passam dos 200 metros de altura, fato este que por si só já é um grande atrativo para todas as idades. Os mais aventureiros dispõem de diversas opções radicais, como pontos preparados para a prática de rapel, rafting, tirolesa e cascade. Um jantar oferecido aos convidados deixou a todos

surpresos com apresentação do Vesselka, tradicional grupo folclórico ucraniano.

Agrária – A última parada do percurso eslavo-germânico, no sábado dia 26, foi no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava, berço da cultura suábica no Brasil. Os alemães suábios habitavam no passado as margens do Rio Danúbio na Alemanha, Áustria e Iugoslávia. Os imigrantes que chegaram ao Brasil mantiveram seus costumes através das danças folclóricas, bandas musicais, artesanato e corais. Entre Rios também conta com um parque das águas. A cultura de malte é muito desenvolvida na região. Nesse sentido é possível apreciar a cerveja artesanal produzida pela "Donau Bier" e ainda, muitos outros destilados. Entre Rios é formada por cinco colônias: Vitória, Cachoeira, Socorro, Samambaia e Jordãozinho. Uma opção encontrada por pequenos produtores e que contou com o apoio da Cooperativa Agrária, foi o investimento na produção comercial de flores. Crisântemo, gérbera e gipsophila são as principais espécies produzidas. O floricultor Oscar Keller explica que está nesse ramo há 15 anos. Numa área com 14 mil/m², ele produz mais de 600 pacotes de crisântemos por mês. Em Entre Rios está localizada a Agromalte, indústria ligada à cooperativa, uma das principais maltarias do país e a única do setor cooperativista brasileiro. Sua produção corresponde a 12% do malte consumido no Brasil. Ao final da visita, os viajantes foram recepcionados no Aroma Kaffee Haus, restaurante com café colonial que serve pratos típicos da região, como o strudel

“

Jornalistas e agentes de viagens conhecem o roteiro do turismo cooperativo

”

recheado com requeijão, maçã e semente de papoula.

Parcerias – O projeto de turismo rural cooperativo conta com o apoio da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, Denacoop, Sistema Ocepar, Embratur, Sesc-PR, Senac-PR, Secretaria Estadual de Turismo, Sebrae e outras entidades. Alexandre Nengendank, gerente da CoopTur, explica que a diretoria da cooperativa está trabalhando para buscar um maior envolvimento dos mais de 50 empreendedores associados, a fim de que o roteiro possa melhorar em qualidade e atrair grande contingente de visitantes. O investimento em turismo proporciona diversas vantagens como a geração de empregos, a diminuição do êxodo rural, maior valorização dos produtos fabricados pelo pequeno produtor e, principalmente, o resgate do prazer, entusiasmo e orgulho nos ascendentes mais jovens, que outrora já se sentiram envergonhados pela sua cultura, por não serem devidamente valorizados pelas comunidades externas.

CoopTur – A Cooperativa tem por objetivo disponibilizar ao público, pacotes turísticos que revelam a cultura do imigrante europeu radicado em terras paranaenses, além de revelar as belezas naturais do circuito. A CoopTur nasceu graças a união das cooperativas já existentes, Witmarsum, Camp, Agrária, Batavo, Castrolanda e Capal. Os principais percursos são: a rota eslavo-germânica, que abrange os municípios de Palmeira, Guarapuava e Prudentópolis, e a rota holandesa, que compreende as localidades de Carambeí, Castro e Arapoti.



Visitas programadas a propriedade do floricultor Oscar Keller.

Avaliação – A avaliação do roteiro dos imigrantes pelos integrantes desse primeiro grupo foi bastante positiva. Onésimo Santos de Anunciação, diretor da Onetur Turismo, empresa de turismo especializada no intercâmbio de visitas técnicas, destacou a viagem como importante porque pôde adquirir maior conhecimento sobre as lavouras existentes e as criações de animais. Onésimo disse que ficou muito satisfeito com tudo que viu. Michele Bindemann, jornalista do jornal "A Notícia" de Joinville, Santa Catarina, classificou o percurso como excelente. Pois, segundo ela, é uma oportunidade única de conhecimento cultural e desfrute de belíssimas paisagens. Bindemann ficou impressionada com a variação de etnias encontradas na extensão do roteiro e a possibilidade de atrações para variados públicos. Já para a agente de turismo, Elgin Tank Dencker, o que chamou mais atenção foi o empenho da atividade cooperativa, que possibilita ganhos não só para os associados da cooperativas, mas para toda comunidade. Elgin não contava encontrar tamanha riqueza natural e cultural. A agente de turismo aposta na boa aceitação do roteiro pelos turistas, pois, na sua opinião, é algo bem diferente e desconhecido do público. ■

Nova sede do Sicredi Paraná

As principais lideranças nacionais e executivos do Sicredi compareceram à solenidade de inauguração das novas instalações da Cooperativa Central de Crédito do Paraná, ocorrida no último dia 14 de março, em Curitiba. O presidente da Sicredi Central Paraná, Seno Cláudio Lunkes afirmou, em seu discurso, que as conquistas do cooperativismo de crédito “só se tornaram possíveis graças à integração sistê-

mica que une cooperativas, centrais, confederação e banco. O ideal da cooperação, que esteve presente no surgimento das cooperativas, se estendeu na integração que aglutina conhecimento, agrega valores e reduz os custos inerentes ao nosso desenvolvimento. Estejam certos, não teríamos alcançado o atual estágio de crescimento e desempenho se continuássemos atuando de forma individual”, frisou.

Assessoria Sicredi



Sincocred atende auto-peças



Imprensa Ocepar

No dia 14 de fevereiro, entrou em funcionamento a Sicredi Sincocred – Cooperativa de Crédito Mútuo dos Comerciantes de Veículos, Peças e Acessórios para Veículos de Curitiba e Região. O presidente da cooperativa, Darci Piana, que também preside a Federação do Comércio do Paraná, afirmou que a decisão de constituir a Sicredi Sincocred foi tomada depois do Sindicato Sincopeças analisar formas de apoiar os varejistas do setor. A cooperativa vai apoiar o crescimento do

setor através de empréstimos oriundos de depósitos feitos pelos empresários atacadistas. Piana afirmou que há um potencial de 25 mil pessoas se associarem à cooperativa. A solenidade de inauguração da cooperativa foi prestigiada, entre outras, por Milton Buabssi, secretário especial de Relações com a Comunidade do Governo do Paraná; João Paulo Koslovski, presidente da Ocepar; Seno Cláudio Lunkes, presidente da Sicredi Central Paraná.

Sicoob investe no social em Maringá

O Sicoob Metropolitano, com sede em Maringá, prestou contas do exercício de 2004 aos seus cooperados com um balanço extremamente positivo, fechando o ano com o melhor desempenho desde sua fundação, há cinco anos. Os recursos administrados, que em 2003 eram pouco mais de R\$ 35 milhões, em 2004, ultrapassaram a casa dos R\$ 65 milhões. O número de coo-

perados também saltou de 4.904, em 2003, para 9.678, no ano passado. Os depósitos à vista tiveram crescimento de 80% e os depósitos a prazo, de 77%. Já o Relatório Social, divulgado pela primeira vez, apontou investimentos em 2004 de mais de R\$ 125 mil em projetos sociais junto à comunidade, como Biblioteca Digital Comunitária, projeto Crescendo e Vivendo com o Basquete, entre outros. Para o

presidente do Sicoob Metropolitano, Luiz Ajita, investir na sociedade, além de ser um dos princípios do sistema cooperativista, é uma maneira de colaborar com o desenvolvimento da cidade. “Temos a convicção de que só através do compromisso social é possível conciliar desenvolvimento econômico, justiça social e preservação do meio ambiente”, ressaltou durante a assembléia.

*Uma boa safra
começa aqui.*



ADUBOS

COOPAVEL

Coopavel Cooperativa Agroindustrial
Fone (45) 218 5000 - Cascavel - PR
www.coopavel.com.br



Espaço do leitor



As cartas devem ser encaminhadas para a Rua Mateus Leme, 575, Centro Cívico, CEP: 80530-010 – Curitiba – Paraná, ou pelo e-mail imprensa@ocepar.org.br



Primeiramente gostaria de parabenizá-los pelo excelente material produzido, tanto em termos de conteúdo como de projeto gráfico, da revista Paraná Cooperativo e o Balanço Social. Sou formada em Jornalismo e Relações Públicas e, embora trabalhe há sete anos no ramo de cooperativismo, não conhecia o material de vocês, que tivemos acesso através de um associado de cooperativa aqui na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Gostaria de estar recebendo esse material em nossa cooperativa.

Raquel Santos

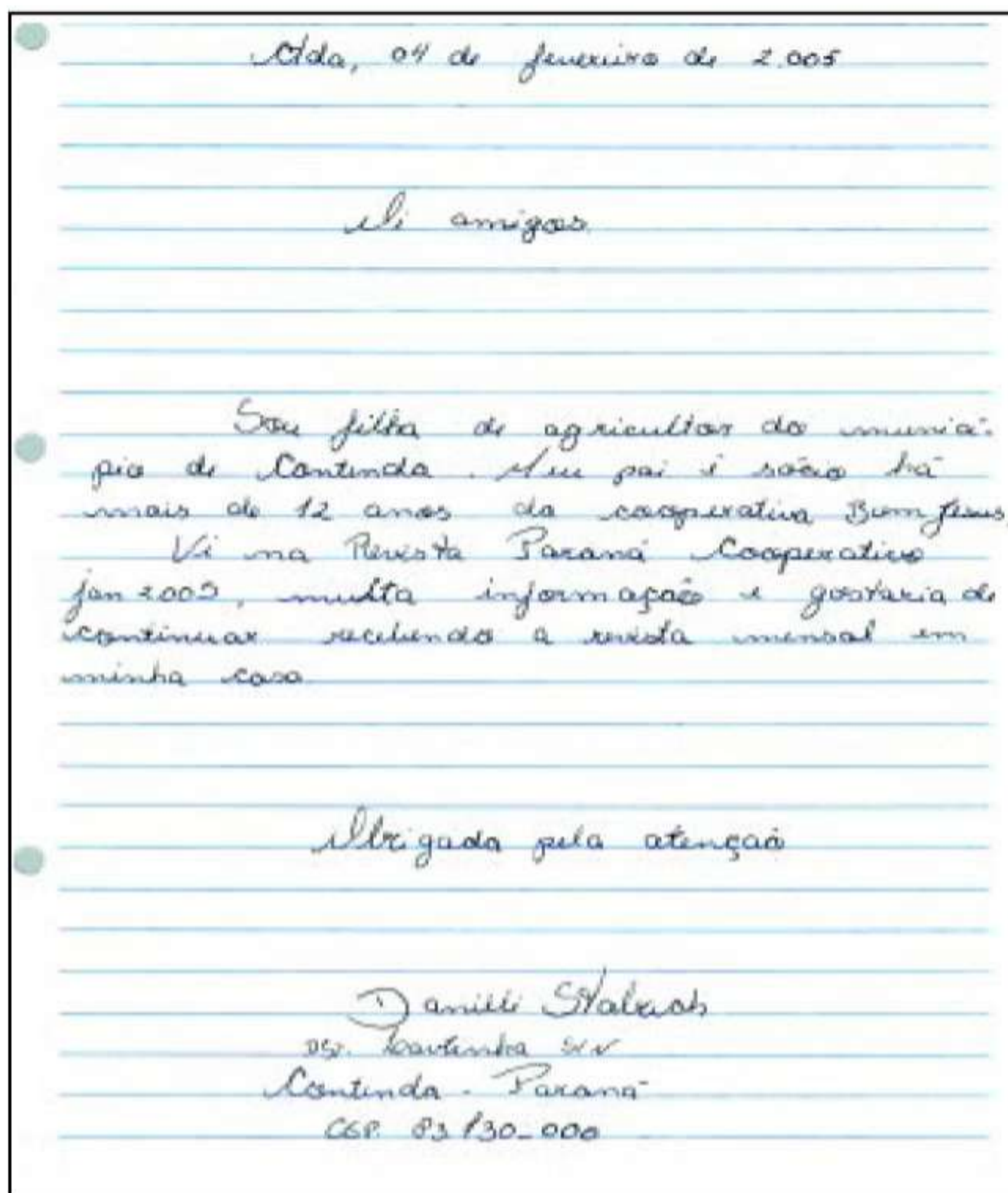
Assessoria de Comunicação
Sicredi Zona Sul



A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e os agricultores familiares de Londrina estão organizando a Cooperativa Cresol. A data de abertura da cooperativa está prevista para o mês de abril de 2005. Para melhor desenvolvermos os trabalhos, gostaríamos de receber as edições anteriores da revista Paraná Cooperativo (de 1 a 7) e já ficarmos cadastrados para as futuras edições.

Paulo Gonçalves da Silva

Secretaria Municipal de
Agricultura e Abastecimento



Recebi e li com atenção os 4 primeiros números da Paraná Cooperativo e quero externar minha satisfação de me manter informado das iniciativas, realizações e projetos das cooperativas do nosso Estado. Como extensionista da Emater-PR atuei na área educacional e na assessoria de cooperativas do Sudoeste e Oeste do Paraná, e vejo com alegria que semeamos em terra fértil e agora estamos colhendo bons frutos. A revista é algo duradouro e se complementa com os jornais, programas de rádio e tv na missão de levar aos associados, familiares e à comunidade, tudo o que acontece nas cooperativas. Desejo que levem avante esta bandeira com coragem e persistência.

Hermes Minozzo

Emater-PR



Agradeço-lhes imensamente pelo envio das últimas edições da revista Paraná Cooperativo, inclusive da que trata do Balanço Social das Cooperativas do PR em 2004. Tenho lido com atenção quase todas as matérias. Posso dizer que, pela sua qualidade, a revista é muito útil para todos os cidadãos que desejam estar bem informados não apenas sobre as questões cooperativas mas também sobre todo o processo de desenvolvimento do Estado do Paraná. Parabéns pela publicação.

Reni Antonio Denardi

Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Paraná



Como proprietário de uma Agência de Viagens especializada em Agroturismo, gostei muito de saber que poderemos contar com uma Cooperativa de Turismo oferecendo um roteiro alternativo aos nossos visitantes. Aproveito para parabenizar a revista que está com um formato leve, moderno e conteúdo muito interessante.

Afonso Carvalho Martins
MVM Viagens e Turismo



Gostaria em nome dos colegas do setor de Fornecimento de Insumos Agrícolas da Castrolanda de parabenizar toda a equipe da Ocepar, pela edição de número 1.000 do nosso Paraná Cooperativo. Vida longa ao nosso jornal!

Fernando Henrique Marini
Coordenador de Comercialização Agrícola da Castrolanda



Com satisfação e orgulho, em nome da Assessoria de Imprensa da Coamo, parabenizamos a todos do sistema Ocepar/Sescoop de modo especial, a vocês colegas jornalistas e, por extensão, a todos aqueles que direta ou indiretamente, conhecidos ou anônimos, constroem o Paraná Cooperativo diariamente fazendo deste uma fonte valiosa de informação para o jornalismo agropecuário, cooperativismo e agronegócio brasileiro. O Paraná Cooperativo tem elevado de maneira eficaz ao longo desses anos a performance exemplar do nosso cooperativismo, através da qualidade, profissionalismo e conteúdo de primeira, aliado ao forte compromisso com a divulgação, promoção e fortalecimento das ações do nosso sistema visando um país cada vez melhor, mais próspero e solidário. Parabéns! 1.000 edições não acontecem da noite para o dia e este sucesso também não acontece por acaso. Ele é fruto de muita persistência, dedicação, amor, determinação, profissionalismo e competência, para o bem de toda uma coletividade. Que venham outras 1.000 edições.

Iivaldo Duarte de Campos
Assessor de Imprensa da Coamo



Parabéns pela edição nº 1000 do Paraná Cooperativo (Informe Diário). Este informativo eletrônico tem cumprido brilhantemente seu papel, divulgando o cooperativismo paranaense e brasileiro, assim como a pujança do agronegócio em nosso Estado. Sucesso a toda equipe deste importante veículo de comunicação e informação.

João Donizeti Garcia
Correpar Corretora de Mercadorias

Vem Aí...

A mais NOVA OPÇÃO em carne de frango



- Qualidade
- Sabor
- Pureza

Prepare do seu peito!

Copagrill

FRANGO CONGELADO
(COM FÍGADO, MOELA E PÉS)

Cooperativa Agrícola Mista Rondon - Copagrill
 Matadouro de Aves e Coelhos
 CNPJ: 81.584.278/0040-61
 Insc. Estadual: 90279923-43
 Rodovia Pr 467 Km 20,1 574
 Marechal Cândido Rondon - Paraná - Brasil
 CEP 85.960-000 - Caixa Postal 221
 fone: 0 XX-45 284-1133
 comercial@copagrill.com.br
 www.copagrill.com.br

INDÚSTRIA BRASILEIRA

Central de crédito: 20 anos

Os dirigentes das cooperativas agropecuárias e de crédito acompanharam, a partir de 1982, a árdua empreitada para constituir, colocar em funcionamento e viabilizar as cooperativas de crédito. Quem pegou carona no sistema, principalmente após a segunda década dos anos 90, não tem noção do esforço gigantesco empreendido para tornar o cooperativismo de crédito uma realidade face às restrições legais e às exigências. “Parecia que tinha que ter fotocópia até da alma”, afirmou recentemente Ari Reisdorfer, presidente da Camisc, que em 1990 foi eleito presidente da co-

operativa de crédito de Mariópolis e, por dois anos, enfrentou os dissabores da burocracia para registrar a cooperativa.

A obtenção da autorização para constituição da Cocecrer Paraná – Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná – também passou por todos os ritos burocráticos do “não pode” que se aplicava ao setor. Mesmo assim, o Bacen concedeu a autorização e, em 28 de janeiro de 1995, foi constituída a central, que é tema desta página. “Central, passo decisivo do cooperativismo de crédito” afirmava a manchete do jornal Paraná Cooperativo de janeiro de 1995 (foto). Trouxemos esse tema para nossa pági-

Arquivo



na porque a mudança da sede da atual Sicredi Central coincidiu com a comemoração dos seus 20 anos de constituição.

Lembrando: a Assembléia Geral Extraordinária de constituição da Cocecrer ocorreu no auditório da Ocepar, à av. Candido de Abreu, 501, endereço da central até que foi autorizada a funcionar, em 1997. José Cella, representando a Credinorpa (Apucarana), foi o primeiro presidente da central, tendo Ignácio Donel como secretário. Foram dez as cooperativas de crédito rural que enviaram seus delegados para a constituição da central. Um olhar ao passado ajuda a compreender melhor o presente. ■

Leite
Polly

FAZER PARTE DA VIDA DAS PESSOAS.

A GENTE SABE O QUANTO ISSO É IMPORTANTE.

Referência nacional de qualidade no processamento do leite e na fabricação de seus derivados, a Confepar investe continuamente em tecnologia e capacidade de produção. Os produtos da marca Polly estão presentes na vida de milhares de consumidores que têm na assinatura Confepar a sua referência de qualidade e de confiabilidade.



Produtos Polly.
Leite Pasteurizado | Leite em Pó | Leite Longa Vida | Bebidas Lácteas.

Qualidade para uma vida melhor.

Qualidade
CONFEPAR

www.leitepolly.com.br



O toque final que a sua receita merece.

Frimesa

Seu sorriso é a nossa marca.

NO CAMPO, NEM TUDO SÃO FLORES



São empregos, renda e mais qualidade de vida

Avicultura C.Vale: 1.800 empregos diretos, alternativa de renda para os associados e geração de tributos. É o campo construindo um futuro mais promissor para as atuais e para as futuras gerações.

